

## APRENDIZADO PELAS MEMÓRIAS: CONTRIBUIÇÕES PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM BARRAS/PI

Juscelino Gomes Lima <sup>1</sup>

Maura de Carvalho Ibiapina <sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo, resultante de pesquisas em nível de mestrado, investigou as contribuições, advindas de diferentes narrativas e memórias para educação ambiental, a partir do Rio Marataoan, aos discentes do Centro Estadual de Educação Profissional Rural Professora Maria de Jesus Carvalho Rocha – Barras/PI. O objeto de estudo foi a educação ambiental a partir do Rio Marataoan, sob um viés descritivo e exploratório. Para isso, foram feitas pesquisas bibliográficas e de campo, utilizando uma abordagem predominantemente qualitativa, acompanhada do método fenomenológico. O resultado desta pesquisa foi um Produto Educacional, na forma de um documentário, cujo conteúdo é pautado nas diferentes memórias das pessoas idosas acerca dos usos e relações sociais urbanas construídas junto do Rio Marataoan, em diferentes épocas, na cidade de Barras/PI. As narrativas memorialísticas coletadas se revelaram como mecanismo importante para se ensinar, aprender e refletir sobre questões ambientais, apontando diferenças sociais do passado em contraponto o presente.

**Palavras-chave:** Barras/PI. Rio Marataoan. História oral. Educação Profissional.

### LEARNING THROUGH MEMORIES: CONTRIBUTIONS TO ENVIRONMENTAL EDUCATION IN PROFESSIONAL EDUCATION IN BARRAS/PI

#### ABSTRACT

This article, resulting from research at master's level, investigated the contributions, coming from different narratives and memories to environmental education, from the Marataoan River, to students at the State Center for Rural Professional Education Teacher Maria de Jesus Carvalho Rocha – Barras/PI. The object of study was environmental education from the Marataoan River, under a descriptive and exploratory bias. To this end, bibliographical and field research was carried out, using a predominantly qualitative approach, accompanied by the phenomenological method. The result of this research was an Educational Product, in the form of a documentary, whose content is based on the different memories of elderly people about the

---

<sup>1</sup> <https://orcid.org/0000-0003-0706-7657> Pós-Doutor em Geografia. Doutor em Desenvolvimento Regional. Mestre em Geografia. Professor e pesquisador do Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia do Piauí. E-mail: [geocelino@hotmail.com](mailto:geocelino@hotmail.com)

<sup>2</sup> <https://orcid.org/0000-0001-6159-9465>. Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Piauí. Especialista em Desenvolvimento com o Meio Ambiente. Secretária de Educação do Estado do Piauí. E-mail: [maura.monte25@gmail.com](mailto:maura.monte25@gmail.com)

uses and urban social relations built along the Marataoan River, at different times, in the city of Barras/PI. The memorial narratives collected proved to be an important mechanism for teaching, learning and reflecting on environmental issues, pointing out social differences from the past as opposed to the present.

**Keywords:** Barras/PI. Marataoan River. Oral history. Professional education.

## 1 INTRODUÇÃO

A preocupação com as questões ambientais não é recente. O destaque em torno do tema no último século é devido ao cenário de crises que tem alcançado a humanidade, seja nas esferas econômicas, sociais ou, ainda, energéticas, fato este que reflete diretamente nas questões ambientais. Tal situação tem exigido de todos nós grandes mudanças para ser possível desfrutar e deixar para as futuras gerações um ambiente saudável.

Nesse contexto, a Educação Ambiental (EA) tem ganhado cada vez mais importância mundial, pois fica evidente a necessidade urgente, não só de preservar, mas, também, conservar os recursos naturais para ser possível um relacionamento harmonioso entre sociedade e natureza.

É dentro deste contexto que aparece a Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, no Art. 1, definindo o conceito de EA, enquanto conjunto de “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, [...], essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Brasil, 1999).

Partindo dessa perspectiva, a educação ambiental deve fazer parte do processo educativo de toda a sociedade, com a finalidade de desenvolver hábitos e atitudes voltados para a preservação do meio ambiente. Em meio a essa leitura aparece o Rio Marataoan, em Barras/PI, cuja existência tem importância histórica, não apenas ambiental, mas, sobretudo, social e econômica.

A emergência destes fatos nos instigou a investigar as contribuições, advindas de diferentes narrativas e memórias para educação ambiental, a partir do Rio Marataoan, aos discentes do Centro Estadual de Educação Profissional Rural Professora Maria de Jesus Carvalho Rocha – Barras/PI. O objeto de estudo foi a educação ambiental a partir do Rio Marataoan, sob um viés descritivo e exploratório.

Para isso, foram feitas pesquisas bibliográficas e de campo, utilizando uma abordagem predominantemente qualitativa, acompanhada do método fenomenológico.

O resultado desta pesquisa foi um Produto Educacional, na forma de um documentário, cujo conteúdo é pautado nas diferentes memórias das pessoas idosas acerca dos usos e relações sociais urbanas construídas junto ao Rio Marataoan, em diferentes épocas, na cidade de Barras/PI. As narrativas memorialísticas coletadas se revelaram como mecanismo importante para se ensinar, aprender e refletir sobre questões ambientais, apontando diferenças sociais do passado em contraponto o presente.

## 2 METODOLOGIA

Do ponto de vista da abordagem, se configura como uma pesquisa predominantemente qualitativa. O paradigma norteador adotado para leituras das realidades investigadas é do tipo interpretativista, cuja importância nesta pesquisa se pauta na perspectiva de Francisconi (2008) que entende tal paradigma como aquele que busca entender o mundo pelo ponto de vista dos atores, em um nível de experiência subjetiva.

Em continuidade, por um lado, se configura enquanto pesquisa exploratória, uma vez que traz informações sobre o objeto de estudo, buscando uma proximidade com a realidade do fenômeno investigado, por meio de levantamento bibliográfico, entrevistas semiestruturadas e visitas *in loco* ao trecho urbano banhado pelo Rio Marataoan. Por outro lado, é também descritiva, pois, os fatos foram “observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 52).

O lócus para desenvolvimento da pesquisa, em primeiro momento, foi o Centro Estadual de Educação Profissional Rural (CEEPRU) Professora Maria de Jesus Carvalho Rocha, espaço em que tomou como referência uma turma do segundo ano do Ensino Médio, no curso técnico integrado em agropecuária, dado sua classificação no eixo tecnológico de recursos naturais, fato criador de ampla aderência e aproximação com o objeto de pesquisa.

Num segundo momento, foi dado espaço para escuta acerca das memórias de antigos moradores de Barras/PI, focado nas amostragens de realidades urbanas e sociais pretéritas. É a partir das narrativas destes que foi desenvolvido um Produto Educacional, ponto culminante da pesquisa, e que seu conteúdo pode ser apreciado por meio do link no youtube<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=71omAdeknK4>

### 3 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA REVISÃO HISTÓRICA EM VÁRIAS ESCALAS

Falar de educação profissional é imprescindível rever o ideal de que a mesma resulta da dupla social: trabalho e educação. Estas são práticas peculiares do ser humano. É por meio da interlocução das mesmas que há sentido para formação integral dos estudantes, oportunidade que exige o fim da concepção dualista entre educação e trabalho, visto que são dois termos pertencentes à formação humana.

Para Gramsci (2004), a solução para essa dicotomia entre trabalho e educação seria a Escola Unitária, cuja marca maior seria reconhecer a necessidade de elaboração de uma proposta educacional que articulasse a teoria e a prática na sua estreita relação com a construção de uma nova forma de sociabilidade, pautada no trabalho livremente associado.

Visando outra perspectiva, o autor nos endereça a enxergar que o sistema escolar deveria seguir uma concepção mais ampla, sobretudo, a que busca valorizar uma cultura “humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual”. (Gramsci, 2004, p. 33-34).

De forma geral, a ideia defendida pelo autor, é acerca da possibilidade da formação do ser humano de forma integral. Todavia, o sistema de educação precisa compreender que trabalho e educação são atividades indissociáveis do processo de formação humana.

Corroborando com essa ideia, Frigotto (2018) reforça a necessidade em avançar na concepção de educação unitária, politécnica, capaz de articular cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direitos de todos, sendo essa a condição de exercer a cidadania e a democracia de forma efetiva.

É neste contexto que se torna necessário entender o trabalho como princípio educativo, do mesmo modo, compreende-se a nossa trajetória ao longo da história. Os apontamentos de Saviani (2011, p. 121) nos levam a enxergar o “trabalho educativo como um processo de mediação entre indivíduos, contexto (práticas sociais) e a espécie humana, a educação possibilita que as novas gerações incorporem os elementos produzidos historicamente [...]”.

O homem, através do trabalho, transforma o espaço de acordo com as suas necessidades. Portanto, o trabalho é um processo construído ao longo do tempo e o resultado desse processo se concretiza na própria existência humana, situação em que os processos/atividades laborais são entendidos como a relação entre “interação metabólica entre

o homem e a natureza, apresenta-se como fenômeno que serve de base para as diversas outras práxis humanas em todos os contextos” (Carneiro, 2020, p. 53).

O ponto de partida destas interações foi a Revolução Industrial, que, a partir do ano de 1750, é marcada por diferentes fases, cuja marca maior de cada uma destas, foi o uso de específicas fontes de energia, capazes de movimentar as máquinas e processos produtivos.

A partir desta, houve não apenas a necessidade, mas também, a imposição para qualificação profissional. Nesse contexto, surgiu a Educação Profissional, cujo objetivo maior seria a da preparação dos trabalhadores com vistas ao atendimento das necessidades dos processos produtivos iniciados à época. Assim, a “mão de obra precisava ser capaz de atender à demanda emergente, ou seja, de servir à maior produção de bens para o consumo”. (Manacorda, 1995, p. 287).

Em todo o mundo, além das novas formas de simbiose entre sociedade e natureza, foi marca maior desde aquele evento, profundas transformações nas relações de trabalho, sobretudo, no que se refere às novas lógicas produtivas, desde o chão da fábrica, oportunidade em que a educação profissional “iniciou sua consolidação [...] ocorrida na Inglaterra, que marca a transição para novos processos de manufatura, passando da produção artesanal para a produção por máquinas”. (Vieira; Souza Júnior, 2016, p. 153).

No Brasil, a Educação Profissional teve início ainda no império, com a mudança da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Quando a família real chegou, D. João VI cria o Colégio das Fábricas, considerado o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público, com a finalidade de ofertar educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal (Garcia, 2000).

Já no Brasil República, em 1909, houve a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices pelo presidente Nilo Peçanha, através do decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, embrião da Educação Profissional, em Rede Federal. Importante destacar que estas escolas, desde sua origem, foram voltadas para os mais pobres que se aglomeravam nas cidades, sob o viés de uma política assistencialista, para atender o processo de industrialização e urbanização do país (Abreu Tomé, 2012).

Colaborando com essa ideia, Kunze (2009, p. 11) reforça que as Escolas Artífices tinham como finalidade oferecer “uma profissão, uma ocupação ou ofício, por meio do ensino profissional, especificamente, a geração de maiores incentivos ao trabalho e mão de obra às indústrias que começavam a surgir no país”.

Com a revolução burguesa no Brasil, a partir de 1930, a Educação Profissional começa a ser tratada como uma política pública. Nesse período, houve a expansão daquele ensino,

deixando de lado o discurso puramente assistencialista para a real necessidade do processo produtivo, a formação de mão de obra especializada (Abreu Tomé, 2012).

Com isso, em 1942, as Escolas de Aprendizizes e Artífices sofrem transformações, passando a ser chamadas de escolas industriais e técnicas e, posteriormente, em 1959, recebem a denominação de Escolas Técnicas Federais.

Muito tempo depois, já na década de 1990, várias Escolas Técnicas Federais foram transformadas em CEFET's (Centros Federais de Educação Tecnológica), dando origem, no ano de 1994, a base do sistema nacional de educação tecnológica (Garcia *et al.*, 2018).

Já no ano de 1996, com a criação da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Decreto Federal 2.208/97, ficaram estabelecidos os embasamentos para a reforma do ensino profissionalizante no Brasil. Após a institucionalização da LDB, toda instituição de educação, privada ou pública, necessitaria ajustar-se às novas diretrizes educacionais que a legislação em vigor determinava. Em função disso, desde a década de 1990, a Educação Profissional no Brasil vem adquirindo uma nova institucionalidade (MANFREDI, 2002).

No bojo da primeira década do século XXI, cabe destaque para a reforma do Novo Ensino Médio, através da Lei nº 13.415/2017, particularmente, em seu Art. 04, que alterou o Art. 36 da LDB. Tal reforma estabeleceu a necessidade do currículo nacional, em nível de ensino médio ser pautado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Na escala de Piauí, a cronologia de funcionamento da Educação Profissional no território estadual remete à segunda metade do século XIX, com a instalação do Colégio de Educando de Artífices, em Oeiras, primeira capital do Piauí. Foi criado em 21 de setembro de 1848, pela resolução nº 220, marcando o início da educação profissionalizante no estado (Santana, 2015).

Já em 1910, com a implantação da Escola de Aprendizizes Artífices (EAA), na capital Teresina, houve a consolidação da Educação Profissional no Piauí. A EAA começou com o ensino profissional e com os ofícios de mecânica, marcenaria, ferraria e sapataria e o ensino propedêutico com os cursos de Primeiras Letras e Desenho (Sousa; Sousa, 2021).

Em 13 de janeiro de 1937, por força da Lei nº 378, a Escola de Aprendizizes Artífices do Piauí e todas as outras 18 unidades que até então compuseram a Rede de Educação Profissional passaram a denominar-se Liceu Industrial. A partir de 1966, passou a atuar como Ensino Profissional em nível de 2º Grau, com a denominação de Escola Industrial Federal do Piauí.

No ano de 1967, mudou a denominação para Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI). Por meio da Lei 8.948/1994, a Escola Técnica Federal do Piauí passou a Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET- PI) e em 2008, através da Lei Nº 11.892, o CEFET-PI sofre uma nova reorganização estrutural, passando a ser Instituto Federal (Santana, 2015).

É a partir do ano de 2008 que foi iniciada a expansão do Instituto Federal do Piauí (IFPI), com a criação de novos campi, ampliando a oferta de cursos com o objetivo de atender com compromisso social e político as demandas locais e regionais. Até o presente volume, em que este *paper* faz parte, o IFPI possui vinte *campi*, distribuídos em doze recortes regionais do Piauí, ofertando cursos presenciais e cursos à distância (Sousa; Sousa, 2021).

Com relação à Educação Profissional, ao nível de Secretaria Estadual, é a partir da Lei 5.692/71, em que o 2º grau se tornou obrigatoriamente profissionalizante. Com isso, os cursos técnicos foram implantados na rede pública estadual de ensino, oferecidos em parcerias com as escolas de 2º grau, onde o aluno cursava as disciplinas do núcleo comum e as técnicas eram ofertadas nas escolas que ministravam as profissionalizantes.

Um fato interessante de ser observado é que com a aprovação da Lei nº. 7.044/82, na década de 1980, ficou desobrigado o caráter de profissionalização no curso de 2º grau e os cursos profissionalizantes passaram a ser oferecidos por áreas em escolas especializadas, ou seja, pelas Escolas Técnicas Estaduais implantadas na época (SEDUC-PI, 2018).

A consequência deste fato foi que, no ano de 1998, a rede de educação profissional era constituída apenas por 16 escolas, sendo cinco escolas técnicas originadas do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEN) e onze escolas normais, com abrangência em 22 municípios, sendo os cursos profissionalizantes ofertados também em escolas de ensino médio e fundamental (SEDUC-PI, 2021).

No entanto, no ano de 1999, por meio de convênio entre MEC/SEMTEC/PROEP e cooperação técnica da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foi elaborado o Plano Estadual de Reordenamento da Educação Profissional (PEP) que definiu as diretrizes para implantação do novo modelo de Educação Profissional no Estado, reestruturação e organização dos cursos técnicos da rede, de modo geral.

Nesse reordenamento, as Escolas Técnicas Estaduais foram transformadas em Centros de Educação Profissional, porém ainda em número insuficiente frente às demandas da sociedade piauiense e sem o enfoque da formação geral articulada com a educação profissional (PEP, 1999).

A implantação na rede estadual da Educação Profissional articulada ao Ensino Médio ocorreu no ano de 2006, com base no Decreto nº 5.154/2004. A organização curricular era seriada com duração de 4 anos, em regime regular e de alternância. Os cursos de Formação Técnica tiveram sua organização curricular reformulada para 3 anos, com matrícula nesta nova organização, a partir de 2012 (BRASIL, 2004).

Até o ano de 2024, a Rede Pública de Educação Profissional do Estado do Piauí, com oferta de Ensino Médio Integrado, está constituída por 76 Unidades de Ensino, a saber: 17 Centros Estaduais de Educação Profissional (CEEP); 15 Centros Estaduais de Educação Profissional Rural (CEEPRU); 08 Centros Estaduais de Tempo Integral (CETI); 16 Escolas Família Agrícola (EFA); 01 Escola Técnica de Teatro; 01 Núcleo de Educação Profissional e 19 Unidades Escolares, jurisdicionadas as 21 Gerências Regionais de Educação (GRE's).

## **IMPORTÂNCIA DO RIO MARATAOAN PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM BARRAS: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E APRENDIZAGENS AMBIENTAIS**

Antes de mais nada, é importante lembrar que os primeiros registros sobre educação ambiental aconteceram em um encontro da União Internacional para a Conservação na cidade de Paris em 1948, mas, somente a partir de 1960 que essa discussão acontece mundialmente. No ano de 1972, durante a Conferência da ONU (Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano) em Estocolmo, foi fortalecida a ideia de trabalhar educação e ambiente juntos.

Nessa conferência, foi elaborada a Declaração sobre o Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo, a qual traz como direito fundamental das gerações presentes e futuras, um ambiente de qualidade que lhes permita condições de vida adequada. Como desdobramento deste encontro, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (Miranda; Gonzaga, 2015).

As discussões mundiais em torno das questões ambientais refletiram no Brasil, resultando em realizações de conferências, seminários, cursos e a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), a quem incumbia “[...] promover, intensamente, através de programas em escala nacional, o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente.” (Brasil, 1973).

Nesse sentido, a admissão institucional da Educação Ambiental no Brasil, aconteceu de fato em 1973 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente, onde se consolidou na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938 de 1981), na Constituição Federal do Brasil de 1988 e, principalmente, na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (DCNEA) (Cortes Junior; Sá, 2017).

No ano de 1981, editou-se a Lei n. 6.938, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), em que criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e definiu o conceito de meio ambiente. De acordo com a PNMA no Art. 3º, meio ambiente é “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (Brasil, 1981).

Um dos princípios dessa política é que educação ambiental seja trabalhada em todos os níveis de ensino, inclusive na comunidade, com a finalidade de despertar para uma participação ativa na defesa do meio ambiente (Brasil, 1981).

A partir da PNMA, consolidou-se a evolução dos direitos ambientais no país, criando leis, decretos e resoluções com a finalidade da utilização racional, da conservação e da proteção efetiva dos recursos naturais. A Constituição Federal de 1988 trouxe em destaque a questão ambiental, em especial no Art. 225, quando aborda que todos “têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo [...]”. (Brasil, 1988).

No contexto escolar, particularmente pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), orientador para a construção dos currículos, é apontada a necessidade da inclusão da temática ambiental como tema transversal nos currículos escolares.

Conforme aquele documento, a escola deve ser a responsável por ofertar condições para que o alunado possa não apenas compreender os processos e condições que margeiam a relação sociedade x natureza, mas, sobretudo, “[...] desenvolver suas potencialidades e adotar posturas pessoais e comportamentos sociais que lhe permitam viver numa relação construtiva consigo mesmo e com seu meio”. (Brasil, 1998, p. 197).

Nesse sentido, fica sob responsabilidade da escola construir seus currículos e propostas pedagógicas, colocando a educação ambiental como tema a ser trabalhado em todos os níveis de ensino e por todos os componentes curriculares, cabendo as unidades escolares promoverem

ações que despertem no aluno o interesse pela temática e que compreenda o seu papel frente às questões ambientais atuais.

Nessa perspectiva, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei n. 9.795, editada em 1999, define que a EA “[...] é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não- formal”. A PNEA, no Art. 10 e parágrafo 3º, especifica que a EA deve ser desenvolvida na formação técnico-profissional em todos os níveis, trabalhando a ética ambiental nas atividades profissionais (Brasil, 1999).

Deste modo, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental (DCNEA) orienta no Art. 15, § 2º que a prática do planejamento curricular escolar deve considerar “os níveis dos cursos, as idades e especificidades das fases, etapas, modalidades e da diversidade sociocultural dos estudantes, bem como de suas comunidades de vida, dos biomas e dos territórios em que se situam as instituições educacionais” (Brasil, 2012).

Assim sendo, a EA deve ser planejada em consonância com as particularidades de cada modalidade de ensino e de acordo com a realidade local. Conforme as DCNEA’s, a inserção na Educação Profissional Técnica dos conhecimentos concernentes à educação ambiental pode utilizar, além da transversalidade, dos conteúdos dos componentes já constantes no currículo e da combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares, outras formas, considerando a natureza de cada curso (Brasil, 2012).

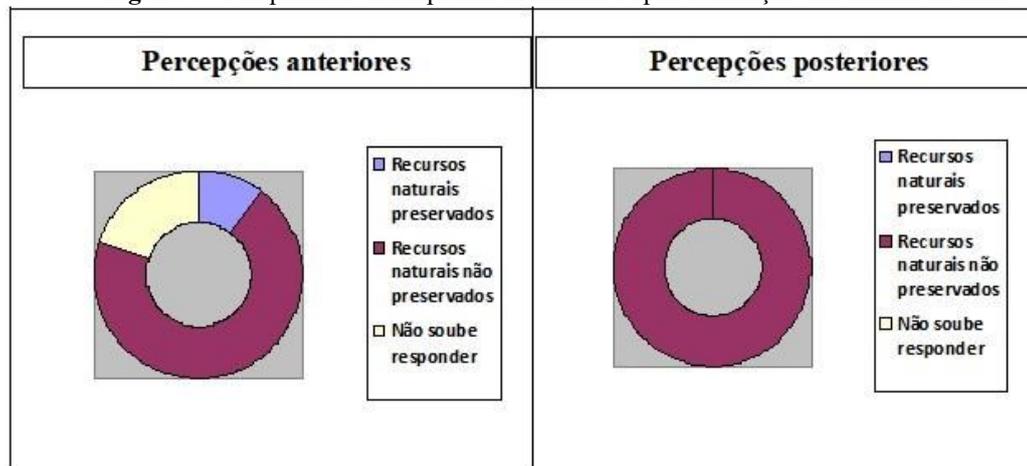
Nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, no Art. 20, inciso X, a estruturação dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio não se faz diferente, em que pese observar os “fundamentos aplicados ao curso específico, relacionados ao empreendedorismo, cooperativismo, trabalho em equipe, tecnologia da informação, gestão de pessoas, legislação trabalhista, ética profissional, meio ambiente [...]”. (Brasil, 2021).

Ao que se vê, a necessidade dos debates, reflexões e aprendizados sobre os espaços ambientais, considerando as muitas e múltiplas transformações impressas, desde os humanos, tem sido crescente, oportunidade em que a escola emerge como espaço de excelência para tal oportunidade.

Dito isso, a partir daqui, adentramos no universo dos dados captados empiricamente, com vistas à verificação do entendimento dos alunos que falam das percepções e aprendizados ambientais, a partir do Rio Marataoan. Buscou-se em primeiro ponto saber se os recursos

naturais em Barras/PI, seus usos, são respeitados e preservados de forma consciente, conforme se vê, a partir dos dados comparativos, a seguir.

**Figura 3:** Comparativo de respostas anteriores e após a exibição das narrativas orais

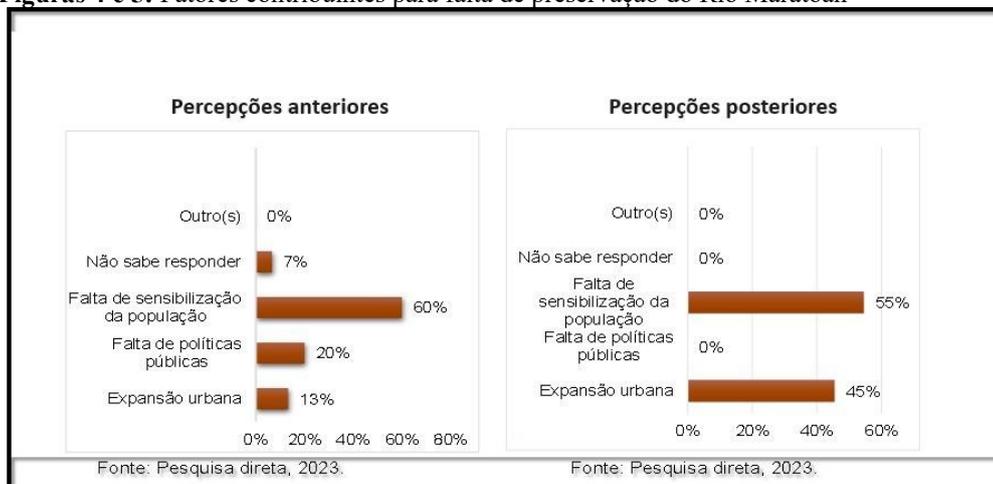


Fonte: Os autores (2023). Pesquisa Direta.

Pelo comparativo, fica claro num primeiro momento a mudança de posicionamentos nos discursos memorialísticos, a partir dos entrevistados. Num segundo momento e, como extensão, considerando a diferença temporal de vivências entre os envolvidos, mudanças de sentimentos para com o tema em tela.

Em continuidade, vemos nas figuras 4 e 5, a seguir, a listagem de respostas, a partir de questionamentos sobre os fatores que contribuíram ao longo do tempo para a falta de preservação do Rio Marataoan, na atualidade.

**Figuras 4 e 5:** Fatores contribuintes para falta de preservação do Rio Marataoan



Fonte: Pesquisa direta, 2023.

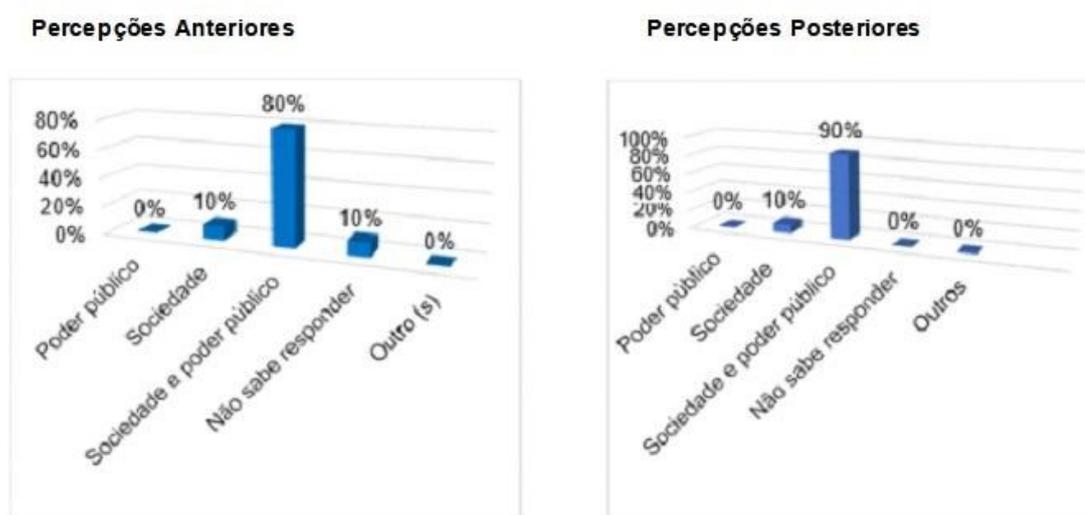
A percepção subsequente dos estudantes está em consonância com os relatos dos entrevistados, dentre os quais um mencionou que “*faltou uma política através do gestor, a política pública de conscientização dessa população*” para conservação do Rio Marataoan.

Nesse sentido, cabe destacar a Lei Municipal nº 771/2021, de 12 de maio de 2021, que dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental de Barras-PI, trazendo no Art. 15 algumas providências para serem adotadas pelo poder público municipal, por meio do desenvolvimento da Educação Ambiental não formal. Entre essas medidas, abordaremos os incisos I e IV, nos quais o poder público municipal incentivará: I- a difusão, através dos meios de comunicação, de programas educativos e das informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente; IV- o trabalho de sensibilização junto à população (Barras, 2021).

No tocante à execução da Política Municipal de Educação Ambiental, esta não está sendo executada como deveria, pois tanto os relatos dos entrevistados como dos alunos apontam para a necessidade de uma política pública voltada para a sensibilização da sociedade quanto à preservação do rio. Diante disso, faz-se necessário de forma urgente o poder público elaborar e executar ações voltadas para a proteção desse importante recurso hídrico.

Em um terceiro momento da coleta de informações foi buscado saber da percepção dos estudantes sobre de quem é a responsabilidade de cuidar do Rio Marataoan e, como resultados, temos os números das figuras abaixo.

**Figuras 6 e 7:** Quem são os responsáveis pelos cuidados com o Rio Marataoan?

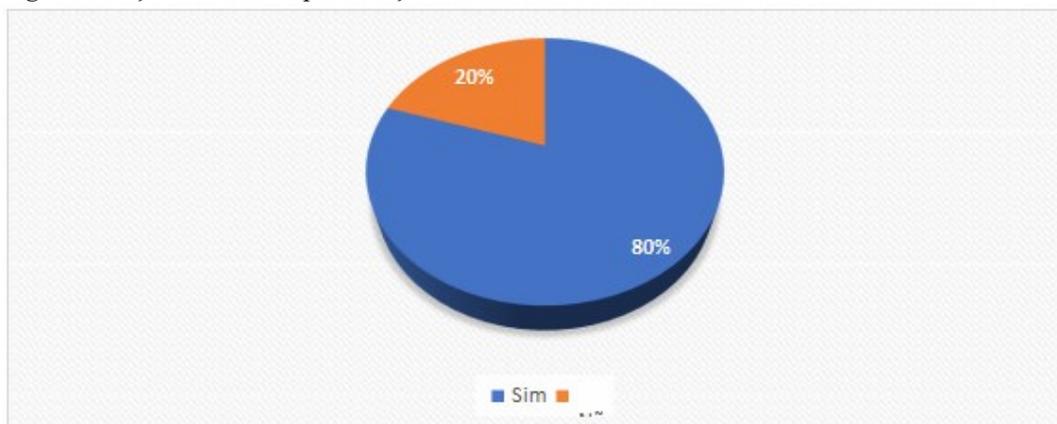


Fonte: Os autores (2023). Pesquisa Direta.

O apontamento e alteração de perspectivas dos cursistas do Ensino Médio encontrado nos dois momentos tem respaldo nas falas dos entrevistados idosos, entre os quais, um deles afirmou que “todos nós temos o direito de ajudar a limpar o rio”; enquanto outro entrevistado complementou que “não é só o poder público que tem responsabilidade, a sociedade tem uma grande parcela de responsabilidade”; além de um terceiro ter posicionado a necessidade de que “tem que ter um pacto social, a sociedade e o poder público”, bem como um idoso mencionou que “a sociedade, como um todo”, “o poder público [...], mas o povo também, que mora perto, tem culpa porque não limpa”.

Quanto à indagação sobre a participação dos estudantes em alguma ação desenvolvida pela escola sobre educação ambiental voltada para a preservação do Rio Marataoan, temos a seguinte ilustração da figura 8, a seguir.

**Figura 8:** Ações voltadas à preservação do Rio Marataoan



**Fonte:** Os autores (2023). Pesquisa Direta

De acordo com os dados mostrados, 20% dos estudantes respondeu que participou de alguma ação. Já o quantitativo maior, equivalente a 80%, afirmou que não participou de nenhuma atividade voltada para esse fim. Isso é preocupante, já que os questionários foram aplicados no mês de novembro de 2022, portanto, já no final da 2ª série. Sabemos o quanto ações voltadas para a preservação do rio são fundamentais para futuros profissionais do curso técnico em Agropecuária.

O Projeto Político Pedagógico do CEEPRU Maria de Jesus Carvalho Rocha traz um item específico sobre Educação Ambiental, emanado desde as Diretrizes Nacionais para Educação Ambiental. De acordo com o PPP da referida escola, seu trabalho, no trajeto educacional, apresenta “uma proposta que busca a formação da cidadania e sustentabilidade socioambiental numa perspectiva de trabalho pedagógico como uma prática educativa integrada, contínua e permanente [...]”. (PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO, 2022, p. 68).

Diante do exposto, a escola reconhece a necessidade de promover a Educação Ambiental de forma integrada, contínua e permanente. Mas faltou especificar as estratégias que seriam utilizadas pela instituição de ensino para o desenvolvimento dessa prática educativa. Percebe-se que a Educação Ambiental foi mencionada de forma generalizada, sem trazer para o contexto social a qual pertence.

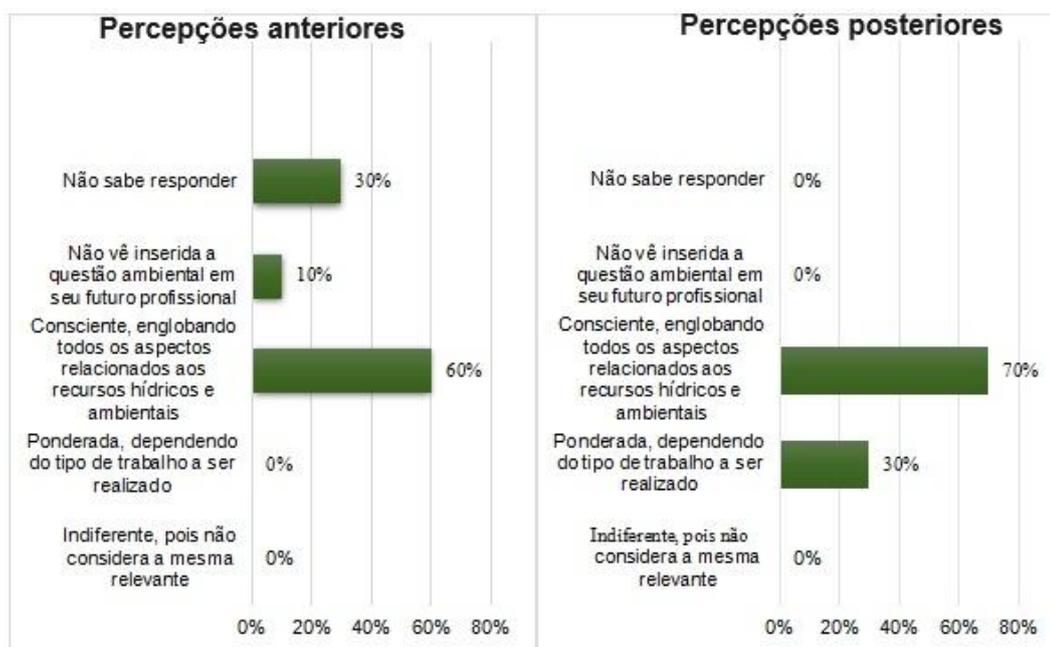
Nesse contexto, cabe pontuar que a turma do Ensino Médio tomada no conjunto das análises em apresentação faz parte do Eixo Tecnológico Recursos Naturais, definido no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) que compreende um conjunto de tecnologias relacionadas “à extração e produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, *cultivo e produção de recursos naturais* e utilização de tecnologias de máquinas e implementos”. (CNT, 2014, *grifo nosso*).

Ainda segundo esse documento, a organização curricular do curso contempla conhecimentos relacionados à leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação e políticas públicas; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade; *responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental*; qualidade de vida; e ética profissional (CNT, 2014, *grifo nosso*).

Diante do exposto, fica evidente a necessidade de que a escola promova ações voltadas para as questões ambientais, levando em consideração os recursos naturais locais. Também, foi analisado o plano de ação (2022) da escola em questão e não foi encontrada ação pedagógica voltada à preservação dos recursos hídricos, em especial, ao Rio Marataoan.

Essa realidade é preocupante, pois sabemos da necessidade de conhecer a realidade dos recursos naturais do município para depois valorizar, cuidar e defender esses recursos tão importantes para a manutenção da vida e da história de Barras/PI.

Com relação à percepção prévia e subsequente dos estudantes sobre a sua atuação profissional em relação à preservação dos recursos hídricos, obteve-se o seguinte resultado, conforme está demonstrado nas figuras 9 e 10.

**Figuras 9 e 10:** Perspectivas de atuação profissional sobre a realidade ambiental do Rio Marataoan

Fonte: Os autores (2023). Pesquisa Direta.

Conforme os dados mostrados, na figura 9, sobre a atuação profissional, teve como resultado o seguinte: não sabe responder 30%; não vê inserida a questão ambiental em seu futuro profissional 10%; consciente, englobando todos os aspectos relacionados aos recursos hídricos e ambientais 60%; ponderada, dependendo do tipo de trabalho a ser realizado 0%; indiferente, pois não considera a mesma relevante 0%.

Já na figura 10, os resultados foram diferentes: não sabe responder 0%; não vê inserida a questão ambiental em seu futuro profissional 0%; consciente, englobando todos os aspectos relacionados aos recursos hídricos e ambientais 70%; ponderada, dependendo do tipo de trabalho a ser realizado 30%; indiferente, pois não considera a mesma relevante 0%.

Diante do exposto, fica evidente a percepção prévia e a subsequente dos discentes sobre a sua postura profissional em relação à preservação dos recursos hídricos. Na percepção prévia, 30% indicou não saber responder e 30% não visualizava a questão ambiental no seu futuro profissional. Já a percepção subsequente mostra claramente a mudança de perspectiva, passando para um número significativo de estudantes que de forma consciente ou ponderada considera que a questão ambiental tem relação com a sua prática profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados coletados e da análise de conteúdo, ficaram claras mudanças de perspectivas dos cursistas sobre o tema ambiental, no que diz respeito ao Rio Maratoan e sua relação histórica e social com a cidade de Barras/PI. Com isso, percebemos que foi de fundamental importância o uso das entrevistas junto dos moradores de idade, com suas vivências e narrativas para mudanças de percepções das gerações recentes.

Apesar de que os cursistas estiveram sob a regência de conhecimentos ambientais, dado o objeto de suas formações, em nível técnico, no Ensino Médio e considerando a importância do PPP no norteio das formações escolares em apontamento, ficou claro que só os mesmos não bastavam para uma formação mais humana e realmente integrada com a realidade socioespacial apontada, já que no fim das contas, o foco da formação técnica sempre será o mercado de trabalho.

Neste contexto, é ressaltável o papel das memórias, seja na condução do itinerário da pesquisa, como também, para a construção de aprendizagens no campo da educação ambiental. Daí, se confirma a importância estratégica dos usos e exibição das entrevistas junto dos idosos, considerando seus percursos de vida, seus aprendizados, a partir de suas rotinas, em consonância com as diferentes relações construídas com o rio e deste com a cidade.

Foi a partir desta conjugação de fatos e condições que foi constatável a mudança de percepções (e novos aprendizados!) dos estudantes a respeito dos mesmos questionamentos, mas em momentos diferentes. Tanto que, na intenção de reforçar a visualização das contribuições trazidas pelas memórias para educação ambiental, perguntou-se, em posterior às entrevistas, quais aprendizados foram construídos a partir das narrativas sobre a preservação do Rio Maratoan.

A narrativa geral foi que os conhecimentos adquiridos foram diversificados, dada a abordagem executada. Com isso, foi possível vislumbrar não só a construção de novos aprendizados que foram buscados para além da sala de aula, como também, fomentar novas perspectivas, com adoção de novos posicionamentos e ideias durante as apresentações em sala de aula, fatos que sinalizam a importância donexo escola e sociedade, particularmente, no contexto de presença do Rio Maratoan e sua importância histórica e social para Barras/PI.

Ademais, no contexto pedagógico do curso tomado na pesquisa, na aludida escola, identificamos a ausência de um PPP rico e diversificado, bem como do Plano de Ação (2022) e Projeto Pedagógico do Curso que prevejam ações e fortaleçam aprendizados mais significativos, já que o campo de atuação no mundo do trabalho do futuro profissional técnico em agropecuária, visto que esta área tem forte aderência com as questões ambientais relacionadas ao Rio Marataoan.

## REFERÊNCIAS

ABREU TOMÉ, A. C. Trabalho e/ou educação: história da educação profissional no Brasil. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 1, n. 2, p. 1-13, dezembro, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/1740>. Acesso em: 21 abr. 2022.

BARRAS. **Lei nº 771/2021 de 12 de maio de 2021**. Dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental de Barras-PI e dá outras providências. Barras-PI, 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Lei de Educação Ambiental dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm). Acesso em: 03 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16938.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm). Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16938.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm). Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.154, DE 23 DE JULHO DE 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: 19 dez. 2022.

BRASIL. **Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf). Acesso em: 19 dez. 2023.

CARNEIRO, I. **Bases conceituais do currículo técnico integrado: Formação Humana, Trabalho e Educação Escolar, 2020**. In: SOBRINHO, S. C.; PLÁCIDO, R. L. (Orgs.). Educação profissional integrada ao ensino médio. João Pessoa: IFPB, 2020.

CORTES JUNIOR, L. P.; SÁ, L. P. Conhecimento pedagógico do conteúdo no contexto da Educação Ambiental: uma experiência com mestrandos em ensino de Ciências. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v.19, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epec/a/9t4ScVDssJ7zH69gnNxybr/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 19 nov. 2023

CNT, **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 3ª edição, Brasília, 2016. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 set. de 2023.

FRANCISCONI, K. **Configuração estrutural do campo científico em estudos organizacionais no Brasil: o período 1997 – 2007**. 2008.205 f. Dissertação. (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

FRIGOTTO, G. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

GARCIA, A. de C; DORSA, A. C; OLIVEIRA, E. M. de. CASTILHO, M. A. Educação Profissional no Brasil: origem e trajetória. **Revista Vozes dos Vales: Publicações acadêmicas – UFVJM**, Minas Gerais, n. 13, p. 1-18, 2018.

GARCIA, S. R. de O. **O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil**. In: **Trabalho e Crítica** - anuário do GT Trabalho e Educação da ANPED. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

GRAMSCI, A. **Caderno 12**. In: **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2 (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo). 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

KUNZE, N. C. O surgimento da rede Federal de Educação Profissional nos Primórdios do Regime Republicano Brasileiro. **Revista Brasileira de educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 9-24, 2009.

MANACORDA, M. A. **História da educação: da Antiguidade aos nossos dias**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MIRANDA, J. C; GONZAGA, G. Tema ambiental: marcos históricos, ensino e possibilidades. **Revista Metáfora Educacional**. Feira de Santana – Bahia (Brasil), s.19 (julho. – dez. 2015), 20 dez. 2015, pág. 138-157. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/308765354\\_Tematica\\_Ambiental\\_marcos\\_historicos\\_s\\_ensino\\_e\\_possibilidades](https://www.researchgate.net/publication/308765354_Tematica_Ambiental_marcos_historicos_s_ensino_e_possibilidades). Acesso em: 07 out. 2023.

PEP, **Plano Estadual de Reordenamento da Educação Profissional**. MEC/SEMTEC/PROEP/ UNESCO. Piauí, 1999.

PPP, **Projeto Político Pedagógico**, Centro Estadual de Educação Profissional Rural Maria de Jesus Carvalho Rocha, Barras-PI, 2022.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SANTANA, D.J. S. **Memórias docentes: trajetórias profissionais e história da educação profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (1970-2010)**, 2015. 103 f. (Mestrado em Educação). Universidade do Vale do rio dos Sinos. São Leopoldo, 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ (SEDUC-PI). **Currículo do Ensino Médio do Piauí, caderno 01**, 2018. Disponível em: [https://seduc.pi.gov.br/curriculopiauui/wp-content/uploads/2021/10/1-novo-ensino-medio-Caderno01\\_Curriculo\\_Piauui.pdf](https://seduc.pi.gov.br/curriculopiauui/wp-content/uploads/2021/10/1-novo-ensino-medio-Caderno01_Curriculo_Piauui.pdf). Acesso em: 19 dez. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ (SEDUC-PI). **Normativa Nº 001/2015-SEDUC/PI, de 27 de janeiro de 2015**. Dispõe com base no que estabelece a Lei nº 11.788/2008 e a Resolução CEE nº 247/2014 sobre a realização de Visita Técnica - VTO ou Trabalho de Campo Orientado - TCO como requisito para conclusão e certificação dos alunos dos Cursos Técnicos de Nível Médio, ofertados nas Unidades de Educação Profissional Técnica - EPT, no âmbito da Rede Estadual, 2015.

SOUSA, K. C.de.; SOUSA, J. L.R. de. **A educação profissional e tecnológica no Piauí: de escola de aprendizes artífices a Institutos Federais**. Editora Realize, 2021.

VIEIRA, A. M. D. P; JUNIOR, A. de S. A educação profissional no Brasil. **Interacções**, v. 12, n. 40, p. 152-169, 2016.

**Recebido em: 20/10/2024**  
**Aprovado em: 23/12/2024**